PERÍODO JOANINO E PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA



Acesse o código para assistir ao vídeo.

1. CONTEXTO HISTÓRICO

A promoção da transferência da sede da monarquia lusa de Lisboa para o Brasil é antiga, remontando a uma série de intelectuais portugueses, como o Padre Antônio Vieira. A proposta mais sólida surgiu, pela primeira vez, através de Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, ministro de D. Maria I. No final da década de 1790, no contexto da Revolução Francesa, advogou Coutinho, que transferir a sede da monarquia para o Rio de Janeiro traria uma dupla vantagem: a proximidade das riquezas naturais da colônia, muito mais abundantes do que as da metrópole, e o distanciamento das turbulências sociais que assolavam o Velho Continente, garantindo paz e estabilidade para a Corte absolutista portuguesa. O projeto, no entanto, foi guardado pelas lideranças lusas, e posto em prática no início do séc. XIX, durante as Guerras Napoleônicas.

Com a não observância do Bloqueio Continental contra a Inglaterra, imposto por Napoleão I em 1806 na cidade de Berlim, por parte da Coroa portuguesa, as tropas francesas marcharam rumo a Lisboa em 1807. A Corte portuguesa foi obrigada, então, a abandonar o reino em 29 de novembro daquele mesmo ano, sob escolta da Armada inglesa rumo ao Brasil. A comitiva real contava com cerca de 15 mil pessoas, que representavam parte da aristocracia e burocracia lusa. A decisão atendia aos interesses da Inglaterra, desejosa em furar o Bloqueio Continental através do comércio direto com a América. A transferência da Corte também representava uma sobrevida ao colonialismo português na região, pois, após a independência das 13 colônias e as primeiras sedições reprimidas ao final do século XVIII, a permanência da Coroa no Rio de Janeiro garantia um maior controle sobre o Brasil.



A Chegada de Dom João VI à Bahia. Coleção Banco BBM.
Fonte: *Projeto Portinari*

2. A PRESENÇA JOANINA E O FIM DO PACTO COLONIAL

Em 28 de janeiro de 1808, ainda em Salvador, foi aprovado o primeiro ato administrativo importante no Brasil pelo então príncipe regente, D. João: a abertura dos portos às nações amigas. Na prática, significava o fim do Pacto Colonial mercantilista português e o início da transferência do Brasil à esfera de influência do nascente capitalismo industrial inglês. Os registros de importações de produtos ingleses como patins de gelo e roupas de lã, tornaram-se célebres na historiografia que busca ridicularizar esta relação de dependência. A concorrência inglesa seria funesta para qualquer pretensão de projeto de desenvolvimento manufatureiro no Brasil.

Em 7 de março de 1808, após desembarcar finalmente no Rio de Janeiro, D. João organizou as primeiras instituições burocráticas que tinham por objetivo atender às demandas da aristocracia recém-chegada. Foram abertas as Mesas do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, a Intendência Geral da Polícia, a Real Academia Militar, a Academia da Marinha e a Casa da Suplicação. A cidade também sofreria mudanças com tamanha comitiva chegando ao Rio de Janeiro. Os bairros sofreriam um crescimento urbano repentino e alguns colonos foram agraciados com a escolha de suas residências para membros da Corte. Os moradores

que recebiam o selo P.R. (Príncipe Regente) eram obrigados a deixar suas casas em favor dos nobres que acompanhavam a Família Real. A população rapidamente ironizou a medida como carimbo do "ponha-se na rua".

A criação da Imprensa Régia, em 13 de maio de 1808, inaugurou a existência de órgãos de imprensa no Brasil. Ela marcou um novo momento cultural e político que o país vivia, e tinha como função básica informar a população sobre medidas inerentes ao poder público. O segundo órgão de imprensa foi o Correio Braziliense de Hipólito José da Costa. O Correio, entretanto, era publicado em Londres. Coube, portanto, à Gazeta do Rio de Janeiro o título de primeiro jornal publicado no Brasil, em setembro de 1808. A imprensa, todavia, ficaria sob censura da força policial, já que a Corte ainda estava temerosa pela provável difusão de ideais liberais.

A primeira instituição financeira criada nestas terras foi o Banco do Brasil, segundo o Alvará Régio de 12 de outubro de 1808. Ele reunia uma série de funções, dentre as quais levantar recursos para a sustentação da Família Real, organizar os pagamentos dos proventos de burocratas, soldos militares, pensões e fomentar a atividade econômica. D. João valeu-se, basicamente, de dois expedientes para levantar fundos para a criação do Banco do Brasil: a oferta da Comenda da Ordem de Cristo para aqueles que investissem no Banco e a criação de um imposto sobre atividades lojistas e de navegação.

A criação da Livraria Pública, do Jardim Botânico e da Escola Real de Artes e Ofícios se insere no conjunto de medidas joaninas. O governo autorizou, ainda, que estrangeiros pudessem realizar viagens de pesquisa científica pelo Brasil. Os viajantes europeus, Debret, Von Langsdorf, Maria Graham, Pohl, Rugendas, Saint-Hilaire, Spix e Von Martius retrataram os aspectos naturais e urbanos desta terra, desde o governo de D. João até o período da monarquia nacional, sendo suas anotações, desenhos e diários, importantes fontes de consulta para os historiadores. Em 26 de março de 1816, por exemplo, desembarcou, no Rio de Janeiro, a Missão Francesa, trazendo artistas do calibre de Debret, Nicolau Taunay, Augusto Maria Taunay, entre outros.



Fonte: Google Imagens

Em 1810, foram assinados os Tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação com a Inglaterra. Os Tratados de 19 de fevereiro de 1810 foram negociados por lorde Strangford e D. Rodrigo de Souza e Coutinho e evidenciam a hegemonia britânica, iniciada, simbolicamente, em 1703, pelo Tratado de Methuen, sobre o Reino de Portugal. Os Tratados estabeleciam a proibição da Inquisição nos domínios coloniais portugueses e a liberdade de consciência e religião para os súditos ingleses, além do direito de serem julgados segundo suas leis e seus tribunais no caso de infrações cometidas nas regiões de domínio luso, sem, contudo, haver reciprocidade, pois os portugueses poderiam gozar da "reconhecida equidade da jurisprudência britânica" no caso de delitos cometidos em áreas de soberania inglesa. O ponto mais polêmico, contudo, coube aos direitos de alfândega, os quais passariam a favorecer os produtos ingleses, pois estes pagariam 15% de imposto ad valorem, enquanto os portugueses pagariam 16% e outras nacionalidades, 24%. Os Tratados de 1810 discorriam, ainda, sobre a progressiva extinção da escravidão, o que foi totalmente ignorado e deu origem ao termo "leis para inglês ver".

3. REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA (1817)

Em 1817, D. João enfrentou uma revolta em Pernambuco, de caráter separatista e republicano. Um governo provisório pernambucano foi instituído após a expulsão do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, decretando o aumento do soldo da tropa, a extinção de impostos, as liberdades de imprensa e religião além da convocação de uma Assembleia Constituinte. O movimento contagiou Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. A falta de apoio externo, o bloqueio naval imposto pelo governo e a desistência dos grandes proprietários, que temiam a radicalização da revolta, provocaram a queda do governo revolucionário. O processo que se seguiu condenou mais de 200 pessoas, dentre as quais muitos membros da Igreja Católica. Em 1821, após a Revolução do Porto, seria concedida uma anistia geral.

4. POLÍTICA EXTERNA

No período de D. João, houve, ainda, duas ações militares contra territórios vizinhos. Em janeiro de 1809, 700 soldados luso-brasileiros, apoiados pela Marinha inglesa, invadiram Caiena e mantiveram a colônia francesa da Guiana sob tutela portuguesa. O território seria devolvido somente em 1817. Em julho de 1821, houve uma nova ação militar, desta vez no sul, ocupando a província Cisplatina, que se tornaria independente em 1828, com o nome de República Oriental do Uruguai.



Em 1815, o Brasil foi elevado ao status de Reino Unido a Portugal e Algarves, como condição para que o Príncipe Regente D. João tivesse legitimidade no Congresso de Viena. E, em 1818, após a morte da rainha Maria I, D. João receberia, finalmente, o título de D. João VI, com o qual ficaria mais conhecido na História.

5. PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO

O processo de crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil teve suas primeiras manifestações no final do século XVIII. A transferência da Corte portuguesa para a América, contudo, serviu como um catalisador para o processo de independência de 1822. A abertura dos portos em 1808 marcou o fim do exclusivismo metropolitano, enquanto as inovações administrativas, burocráticas e urbanas davam uma nova feição ao país, sobretudo ao Rio de Janeiro. O surgimento de uma elite ilustrada, apesar da manutenção da censura, seria condição indispensável para o processo de rompimento político. A elevação do Brasil a Reino Unido, a despeito de seu caráter formal, mostra a importância que a outrora colônia passava a ter para a Corte. O marco mais recente para tratarmos o processo de Independência do Brasil, contudo, foi a Revolução do Porto.

A revolução acima mencionada começou em 24 de agosto de 1820 e insere-se no capítulo das revoluções liberais do século XIX, determinando a superação do Antigo Regime em Portugal. A Revolução apresentava um binômio ideológico aparentemente contraditório, calcado no discurso liberal para Portugal ao exigir o retorno de D. João VI, que ainda se encontrava no Rio de Janeiro, conjuntamente com a elaboração de uma Carta Constitucional por uma Assembleia Nacional e no retorno do Pacto Colonial mercantilista para o Brasil, o qual ficou sendo denominado, vulgarmente, como Princípio da Recolonização. Os envolvidos na Revolução, militares, comerciantes, magistrados e burocratas, apesar do tom social moderado, expressavam um forte sentimento contra a dominação inglesa e propunham uma redefinição no trato com o Brasil, que pudesse beneficiá-los.

Os processos que o Parlamento inglês e os Estados Gerais franceses sofreram em 1688 e 1789, respectivamente, seriam muito semelhantes com aquele que as Cortes portuguesas passariam em 1820. As Cortes, até então meramente consultivas, transformariam-se em órgãos legislativos de caráter deliberativo, com o intuito de elaborar uma Constituição que colocasse um freio no absolutismo lusitano. Em 1821, as províncias do norte e nordeste aderiram ao movimento liberal português, também denominado de Regeneração Vintista. Os militares e a população do Rio de Janeiro também foram empolgados pelo movimento.

A Constituição seria proclamada em 23 de setembro de 1822. A conjuntura política de Portugal, entretanto, marcaria um discreto retorno ao regime de caráter autoritário, que levaria aos conflitos nacionais após 1826.

No Brasil, a ameaça de recolonização da Revolução do Porto criou um clima de apreensão que desencadearia o processo de independência política. Os comerciantes reinóis que viviam na América, denominados de Partido Português, ansiavam pelo retorno do status quo, pois gozariam da exclusividade colonial mercantilista que os beneficiariam. A aristocracia rural, consubstanciada no chamado Partido Brasileiro, apresentava um discurso liberal econômico e moderado em termos sociais. Os brasileiros, muitos dos quais bacharéis da Universidade de Coimbra, invocavam os direitos de livre-comércio, propriedade privada e de manutenção da escravidão. Um terceiro grupo, denominado de "liberais radicais", defendia uma plataforma política jacobinista, pregando abertamente a Independência, o abolicionismo e a República.

D. João VI, que seria forçado pelo movimento português a retornar à Europa em 26 de abril de 1821, manteve no Brasil seu filho, D. Pedro, como príncipe regente, tendo advertido-o a "conduzir a revolução antes que um aventureiro a fizesse". Em 29 de setembro de 1821, as Cortes portuguesas anunciam a intenção de restabelecer as relações monopolistas mercantilistas, interrompidas pela abertura dos portos de 1808. Em 9 de janeiro de 1822, D. Pedro, associado à elite brasileira coimbrã, decide não retornar para Portugal, em um episódio conhecido como "Dia do Fico". Em 1º de agosto, diante da intransigência portuguesa, o príncipe regente determina que qualquer decisão vinda da Europa somente poderia ser acatada com a sua aprovação e declara que as tropas lusas no Brasil seriam tratadas como inimigas. Em 7 de setembro de 1822, o príncipe Regente declara, através do célebre Grito do Ipiranga, a independência formal do Brasil.

O cientista social Florestan Fernandes qualificou a Independência do Brasil como uma "revolução conservadora", pois, a despeito de promover o rompimento político do Reino Unido americano, manteve a estrutura latifundiária agroexportadora e escravista. As relações de dependência para com a Inglaterra também seriam mantidas e, em certo sentido, até mesmo reforçadas, como, por exemplo, através de dívida externa que o país foi obrigado a contrair para ter seu novo status político reconhecido por Portugal, que somente o fez oficialmente em 29 de agosto de 1825. A Inglaterra, assim como Portugal, também favorecida com direitos de alfândega no Brasil, reconheceu o novo país em 17 de agosto de 1827.

A independência da América Portuguesa guardou ainda outras peculiaridades. Ao contrário do que ocorreu na América Espanhola, no Brasil não houve uma mobilização militar nacional que pudesse ser qualificada como "Guerra de Independência". Ademais, o país conservou sua integridade territorial e a manutenção do sistema monárquico com D. Pedro I representando a continuidade da Casa de Bragança. Um outro aspecto, contudo, aproximou os processos latino-americanos: a marginalização das classes populares do processo político. O naturalista francês Saint-Hilaire, que se encontrava no país, chegou a declarar que "a massa popular a tudo ficou indiferente", referindo-se a não participação das camadas populares no fenômeno político de 1822.

EXERCÍCIOS DE TREINAMENTO



01. (EsSA – 2015) Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves. Na prática:

a) foi a causa da Inconfidência Mineira.
b) nada significou para o Brasil.
c) provocou enorme satisfação em Portugal.
d) o Brasil volta à condição de colônia.
e) o Brasil adquiria autonomia administrativa.

02. (EsSA – 2014) O Alvará de 1º de abril de 1808 revogou o Alvará de 1785 de D. Maria I, que proibia a manufatura na colônia. O Brasil estava autorizado a desenvolver manufaturas. Contudo havia dois fatores que se tornaram um obstáculo ao desenvolvimento da indústria brasileira, os quais eram o/a (os/as)

a) escravidão e concorrência inglesa.
b) interesses dos cafeicultores e pecuaristas.
c) interesses dos mineradores e dos produtores de açúcar.
d) concorrência holandesa e os interesses dos cafeicultores.
e) concorrência dos EUA e interesses dos produtores de café.

03. (EsSA – 2013) A política externa de D. João VI, quando imperador do Brasil, determinou que se realizassem ações militares em territórios vizinhos ao Brasil. Esses territórios foram a

a) Guiana Francesa e a França Antártica.
b) Guiana Inglesa e a Província Cisplatina.
c) Guiana Francesa e a Província Cisplatina.
d) Guiana Inglesa e a França Antártica.
e) Guiana Francesa e a Guiana Inglesa.

04. (EsSA – 2011) A formação das nações latino-americanas esteve atrelada às particularidades de seus processos de independência. A América Espanhola se fragmentou em diversos Estados autônomos. A América Portuguesa, ao contrário, não se fragmentou, mantendo sua unidade até os dias atuais. Dos fatores abaixo, o único que não contribuiu para a manutenção da integridade territorial brasileira foi a

a) elevação do Brasil à categoria de Reino Unido junto a Portugal e Algarves.
b) incorporação da Província Cisplatina e da Guiana Francesa por D. João VI.
c) ação pacificadora de Caxias no combate a várias revoltas regenciais.
d) transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808.
e) manutenção do regime monárquico após a independência.

05. (EsSA – 2011) A elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves foi uma medida tomada pelo Regente D. João, com o objetivo

a) de aumentar seu poder pessoal, pois ele passou a dominar um Império que englobava as colônias espanholas na América.
b) de unificar as Coroas de Portugal e Espanha, que era denominada pelos portugueses de país de Algarves.
c) de melhorar a defesa do Brasil contra as constantes invasões de franceses e ingleses, que saqueavam as nossas cidades litorâneas.
d) de obter o reconhecimento da dinastia de Bragança por parte do Congresso de Viena, reunido na Europa e dirigido pelos países que derrotaram Napoleão.
e) de satisfazer a cobiça das elites brasileiras, que, com essa medida, tiveram acesso às minas de prata de Potosí, na Bolívia.

06. (EsSA – 2011) A elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815, está ligada ao(à):

a) desejo de D. João de agradar os ingleses.
b) projeto de implantação do regime monárquico no país.
c) assinatura do Tratado de Fontenebleau com a Espanha.
d) ação das sociedades maçônicas estabelecidas no Rio de Janeiro.
e) necessidade de legitimar a representação de Portugal no Congresso de Viena.

07. (EsSA – 2011) No ano de 1817, na Província de Pernambuco, deu-se uma revolta contra o governo de D. João VI que ficou conhecida como

a) Revolução Liberal.
b) Cabanagem.
c) Confederação do Equador.
d) Revolta dos Alfaiates.
e) Revolução Pernambucana.

08. (ESA – 2009) Todas as alternativas abaixo referem-se à consolidação da independência brasileira, exceto:

a) os ingleses exigiram uma porcentagem obtida sobre o lucro do tráfico negreiro para reconhecer a independência brasileira.
b) o primeiro país a reconhecer a independência brasileira foi os Estados Unidos, pois era contrário ao colonialismo e possuía interesses econômicos.
c) os países latino-americanos recém formados, ao contrário do Brasil, adotaram a forma de governo republicana, o que veio a influenciar na resistência do reconhecimento da independência brasileira.
d) o governo português reconheceu a independência brasileira somente após o pagamento de dois milhões de libras esterlinas pela ex-colônia.
e) o México foi o primeiro país latino-americano a reconhecer a emancipação brasileira.

09. (FGV-SP) Com relação à África portuguesa, a emancipação política do Brasil em 1822:

a) provocou fortes reações nas elites angolanas, a ponto de alguns setores manifestarem interesse em fazer parte do Império Brasileiro.

b) acarretou a suspensão definitiva do tráfico negreiro como uma forma de retaliação do governo português contra sua ex-colônia.

c) levou ao aparecimento de movimentos pela independência em Angola e Moçambique, que só se tornariam vitoriosos ao final do século XIX.

d) levou a Coroa portuguesa a implementar regimes de segregação racial em suas possessões africanas, inspirados na experiência inglesa na África do Sul.

e) provocou o desinteresse português na manutenção dos seus domínios no ultramar e o abandono dessas possessões a outras potências europeias.

10. Leia o texto a seguir para responder ao que pede a questão.

Decreto das Cortes Portuguesas

"A 24 de abril de 1821, as Cortes de Lisboa declararam os governos provinciais independentes do Rio de Janeiro, subordinando-os diretamente às Cortes. Antes mesmo que lá chegassem os deputados brasileiros, já tratavam as Cortes, em 29 de setembro de 1821, de assuntos de sumo interesse para o Brasil, decidindo transferir para Lisboa [...] o Conselho da Fazenda, a Junta de Comércio, a Casa de Suplicação e várias outras repartições instaladas no país por d. João VI. Decretava-se a seguir, em 29 de setembro, 1º e 18 de outubro a volta do príncipe regente, nomeando-se para cada província, na qualidade do Poder Executivo, um governador-de-armas, independente das junta e destacando novos contingentes de tropas para o Rio de Janeiro e Pernambuco."

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em perspectiva. São Paulo: Difel, 1976.

O texto acima se refere às deliberações das Cortes em Portugal, formada quando a família real portuguesa estava no Brasil, que pretendiam eliminar várias ações de autonomia administrativa implantadas por D. João VI na possessão portuguesa da América. Sobre o processo de Independência do Brasil é incorreto afirmar que:

a) a primeira medida de autonomia econômica realizada por D. João VI foi a abertura dos portos às nações amigas.

b) frente à pressão das Cortes, o príncipe regente D. Pedro I dirigiu-se a Portugal para prestar contas, voltando, porém, ao Brasil logo depois para poder realizar a Independência.

c) a formação das Cortes obrigou D. João VI a retornar a Portugal, visto estar receoso de perder o poder na metrópole.

d) as Cortes formadas em Portugal foram uma consequência da Revolução Liberal do Porto, de 1820.

EXERCÍCIOS DE COMBATE



HISTÓRIA

01



Acesse o código para assistir ao vídeo.

(CN – 2015) Pernambuco foi um verdadeiro "barril de pólvora" ao longo da história política do Brasil, desde o período colonial até o Segundo Reinado. Pelas mais variadas razões e circunstâncias, ocorreram nesta região alguns movimentos de rebelião contra o sistema político vigente. Dentre esses diversos movimentos é correto afirmar que

a) a Insurreição Pernambucana (1645-54) eclodiu em razão dos desentendimentos entre os luso-brasileiros e os holandeses devido à mudança na política econômica exercida pelo Conde Maurício de Nassau que proibiu a instalação das Câmaras dos Escabinos.

b) a Confederação do Equador ocorrida em 1824, e que se espalhou para várias regiões do nordeste, foi um movimento contrário ao absolutismo de D. Pedro I devido, sobretudo, à emenda constitucional conhecida como Ato Adicional.

c) a Revolução Pernambucana em 1817 foi um movimento que teve como uma das principais causas a contestação ao aumento da carga tributária, em parte para custear as despesas da corte Joanina no Rio de Janeiro.

d) a Guerra dos mascates (1710-1711) que envolveu a elite açucareira recifense e a elite comercial de Olinda eclodiu em razão do descontentamento dos mascates quanto à autonomia de Recife em relação à Olinda.

e) a Revolução Praieira (1848-1850) está inserida em um contexto de insatisfação em relação ao governo regencial devido à forte centralização imposta pelo partido Conservador.

02



Acesse o código para assistir ao vídeo.

(CN – 2012) Em março de 1808, a família real, acompanhada da corte portuguesa, chegou à cidade do Rio de Janeiro, onde permaneceria por treze anos. Esse período na História do Brasil, denominado Joanino, foi marcado por profundas mudanças que afetaram a vida das pessoas e a política portuguesa em relação ao Brasil. Dentre as medidas políticas adotadas por D. João, destacou-se a assinatura, em 1810, de tratados com a Inglaterra: o tratado de Aliança e Amizade e o de Comércio e Navegação. Sobre esses tratados, é correto afirmar que visavam

a) a revogação dos decretos que proibiam a instalação de manufaturas na colônia.
b) a criação das Assembleias dos Escabinos que permitiam a participação política das elites agrárias.
c) a concessão de tarifas alfandegárias mais baixas (15%) às mercadorias inglesas importadas pelo Brasil.
d) o tratamento jurídico igualitário tanto para com os ingleses quanto para com os portugueses no Brasil.
e) a vinda de uma missão artística inglesa para retratar a fauna e a flora brasileiras.

03



Acesse o código para assistir ao vídeo.

(CN – 2009) Leia o texto abaixo.

A Guarda Real de Polícia

No início do século XIX, como consequência da campanha Napoleônica de conquista do continente europeu, a Família Real portuguesa, juntamente com sua corte, decidem se mudar para o Brasil. Aqui chegando, a Corte instalou-se na cidade do Rio de Janeiro iniciando a reorganização do Estado no dia 11 de março de 1808, com a nomeação de Ministros. (...) (...) Em 13 de maio de 1809, (...) D. João VI criou a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia da Corte (DMGRP), sendo esta formada por 218 guardas com armas e trajes idênticos aos da Guarda Real da Polícia de Lisboa.

(Adaptado de http: //www.policiamilitar.rj.gov.br/historia.asp)

Em 2009 comemora-se os 200 anos da Polícia Militar. Ela surgiu a partir da criação da Guarda Real de Polícia. Pode-se afirmar que a mesma surge no momento em que

a) a cidade do Rio de Janeiro transformava-se na sede da administração portuguesa, passando por um conjunto de mudanças que visavam adaptá-la a sua nova funcionalidade.
b) a chegada da Família Real portuguesa representava uma ameaça para a cidade que sofria o risco iminente de invasão pelas tropas de Napoleão Bonaparte, através da Guiana Francesa.
c) se observava o aumento do número de quilombos nos arredores da cidade, onde se destacava o Quilombo de Palmares, sendo necessário homens preparados para recuperar os escravos fugitivos e reempossá-los aos seus senhores legítimos.
d) a presença da Corte criava um grande contingente de pessoas desocupadas na cidade e que foram responsáveis pela Revolta do Vintém, em função do desemprego gerado pela abertura dos portos às nações amigas.
e) a chegada da Família Real provocava uma revolta popular entre os moradores da cidade, que foram expulsos de suas casas, as quais foram demolidas para dar lugar a construção da nova sede do governo português.

04



Acesse o código para assistir ao vídeo.

(EsPCEx - 2009)

"A primeira medida tomada pelo regente D. João, ao chegar ao Brasil, foi decretar a abertura dos portos brasileiros às nações amigas."

(Silva, 1992)

Tal fato

a) significava, na prática, o fim do pacto colonial.
b) prejudicava a Inglaterra, que passaria a sofrer concorrência de outros países no comércio com o Brasil.
c) contrariava, num primeiro momento, os interesses dos comerciantes brasileiros.
d) beneficiava a França, favorecida pela redução das tarifas alfandegárias nas relações bilaterais.
e) criava condições igualitárias, quanto à tributação alfandegária, no comércio com Portugal e com todas as demais nações.

05



Acesse o código para assistir ao vídeo.

(EsPCEx - 2014) No início do século XIX, Napoleão Bonaparte ordenou a ocupação de Portugal, motivando com isso a fuga da família real portuguesa para o Brasil. Esse evento desencadeou primeiramente a(o)

a) Conjuração Baiana.
b) abdicação de D. Pedro I.
c) elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.
d) introdução das ideias revolucionárias francesas no Brasil.
e) estabelecimento do Pacto Colonial.

06



Acesse o código para assistir ao vídeo.

(FGV) A instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, representou uma alternativa para um contexto de crise política na Metrópole e a possibilidade de implementar as bases para a formação de um império luso-brasileiro na América. Das alternativas abaixo, assinale aquela que NÃO diz respeito ao período joanino.

a) Ocupação da Guiana Francesa e da Província Cisplatina e sua incorporação ao Império Português, como resultado da política externa agressiva adotada por D. João.
b) Abertura dos portos da Colônia às nações aliadas de Portugal, como a Inglaterra, dando início a uma fase de livre-comércio.

c) Ocorreu uma inversão da relação entre metrópole e colônia, já que a sede política do império passava do centro para a periferia.
d) Atendeu às exigências do comércio britânico, que conseguiu isenções alfandegárias.
e) Ocorreu a Revolução Pernambucana de 1817, que defendia o separatismo com o governo republicano e a manutenção da escravidão.

07



Acesse o código para assistir ao vídeo.

(PUC-SP) Entre os eventos que antecederam a independência política do Brasil e propuseram ou criaram condições para a autonomia, podem-se mencionar

a) as iniciativas da Coroa portuguesa no Brasil, no início do século XIX, como a permissão ao comércio internacional sem mediação da Metrópole e a criação de sistema bancário oficial.
b) as revoltas ocorridas na região das Minas Gerais, no decorrer do século XVIII, com características e projetos, em todos os casos, emancipacionistas e propositores de um Estado brasileiro autônomo.
c) as mudanças ocorridas no cenário europeu, entre o final do século XVIII e o início do XIX, com a ascensão de Napoleão ao trono francês e a conquista, por suas tropas, de toda a Europa Ocidental e de suas possessões coloniais.
d) as ações de grupos de comerciantes da Colônia, desde o início do século XIX, desejosos de ampliar sua independência comercial e de estabelecer vínculos diretos com países do Ocidente europeu e do Extremo Oriente.
e) as vitórias, no século XVIII, das lutas pela independência nas regiões de colonização espanhola, francesa e inglesa das Américas, gerando um conjunto de impérios autônomos, possíveis parceiros comerciais para o Brasil.

08



Acesse o código para assistir ao vídeo.

(UTFPR/PR) A transferência da Corte de D. João VI para a colônia portuguesa teve apoio do governo britânico, uma vez que:

a) Portugal negociou o domínio luso na Península Ibérica com a Inglaterra, em troca de proteção estratégica e bélica na longa viagem marítima ao Brasil.
b) Em meio à crescente Revolução Industrial, os negociantes ingleses precisavam expandir seus mercados rumo às Américas, já que o europeu era insuficiente.
c) O bloqueio continental imposto por Napoleão fechou o comércio inglês com o continente europeu; a instalação do governo luso no Brasil propiciou a retomada dos negócios luso-anglicanos.
d) O exército napoleônico invadiu Portugal visando a instituir o regime democrático republicano de paz e comércio, em franca oposição ao expansionismo da monarquia britânica.
e) Os ingleses pretendiam consolidar novos mercados na América Portuguesa, tendo em vistas antigas afinidades socioculturais com os ibéricos.

09



Acesse o código para assistir ao vídeo.

(UNEMAT/MT) Este ano (2008) a mídia tem tratado, através de várias matérias, das motivações e das decorrências da chegada da família real portuguesa ao Brasil, que completa duzentos anos. Em relação a este importante acontecimento histórico, assinale a alternativa incorreta.

a) A transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil mudou de modo significativo a fisionomia do Rio de Janeiro, com o incremento de sua vida cultural.
b) Entre outras importantes medidas de caráter econômico, D. João VI revogou os decretos que proibiam a produção de manufaturas no Brasil.
c) Com a abertura dos portos, a França foi beneficiada, pois os seus produtos manufaturados ficaram isentos de taxas de importação.
d) Se a abertura dos portos favoreceu aos exportadores de açúcar e algodão, prejudicou os interesses de comerciantes instalados no Rio de Janeiro.
e) Com a vinda da família real portuguesa, além de artesãos qualificados, deslocaram-se para o Brasil, cientistas e viajantes estrangeiros.

10



Acesse o código para assistir ao vídeo.

(UFMT) Em 2008, foi relembrada e comemorada uma data especialmente importante na história brasileira, os 200 anos da chegada da Família Real ao Brasil e a consequente transferência da capital do Reino para o Rio de Janeiro. A decisão de D. João VI de abandonar Portugal e vir para o Brasil deveu-se

a) ao expansionismo da Espanha que, sob o reinado de Felipe II, procurava restabelecer a União Ibérica.
b) à expansão francesa e à constituição do Império napoleônico, uma vez que Portugal havia se negado a apoiar o bloqueio continental contra a Inglaterra.
c) à tentativa das Cortes Portuguesas reunidas na cidade do Porto de estabelecerem uma monarquia constitucional em Portugal.
d) aos movimentos de independência que desde a Inconfidência Mineira haviam se multiplicado no Brasil.
e) às riquezas do Brasil que permitiriam sustentar mais facilmente o luxo excessivo da corte portuguesa.

ANOTAÇÕES

GABARITO



EXERCÍCIOS DE TREINAMENTO

01. E	06. E
02. A	07. E
03. C	08. A
04. B	09. A
05. D	10. B

EXERCÍCIOS DE COMBATE

01. C	06. D
02. C	07. A
03. A	08. C
04. A	09. C
05. C	10. B